

Deputado Marco Maia preside sessão em que se apresentou o grupo de canto Taliani Contenti



## Congresso homenageia 139 anos da imigração italiana

Já em 1836, a região do vale do Itajaí recebia sua primeira leva de imigrantes italianos, lembrou ontem o senador Neuto De Conto. Sessão solene

do Congresso Nacional celebrou os 135 anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul e os 139 anos da imigração italiana no Brasil. **6**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.258 – Brasília, terça-feira, 22 de junho de 2010



João Monteiro, presidente da rede, afirma que emissora tornou-se o canal de comunicação da família brasileira

## Rede Vida de Televisão completa 15 anos e ganha homenagem no Senado

Em sessão proposta por Arthur Virgílio, que ressaltou a qualidade dos programas jornalísticos da emissora, a Rede Vida teve sua atuação elogiada por contribuir para a

recuperação de valores e pelo caráter educativo. Discussão e defesa de projetos de lei de amplo alcance social e compromisso com o catolicismo também foram destacados. **7**

## Líderes recebem relatório da LDO

Relator Tião Viana apresenta hoje na Comissão Mista de Orçamento pontos principais do relatório final da proposta

Entre outras funções, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias define regras para a elaboração do projeto do Orçamento do ano seguinte. No relatório, Tião Viana deve apresentar solução para pontos da proposta do governo que foram recebidos com críticas no Congresso. **3**

## Projeto visa reduzir choques entre aviões e pássaros

Proposta que trata das regras para uso do solo em áreas próximas a aeroportos pode ser votada hoje na Comissão de Meio Ambiente. **2**

## Produtos em forma de cigarro podem ser proibidos

Comissão de Justiça examina hoje projeto do ex-deputado Clodovil Hernandes. O voto do relator, Flexa Ribeiro, é pela aprovação. **2**

### especial Cidadania

## Maiores chances de trabalho para deficientes

Até julho, quando a Lei de Cotas completa 19 anos, o senador Flávio Arns apresentará projeto para ampliar o alcance da legislação que inclui no mercado de trabalho pessoas com deficiência. Ele pretende que a lei abranja também as empresas com mais de 50 empregados. **8**

Aluna de projeto-piloto de educação a distância participa de aula de informática



## Projeto obriga Confea a listar obras inacabadas

Iniciativa, que consta da pauta de hoje da CMA, exige apresentação aos órgãos de controle de listagem de obras com recursos federais. **3**

## Petro-Sal volta a ter prioridade no Plenário

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, assegura que pauta deverá ser liberada para votar a criação da empresa em regime de urgência. **3**

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle poderá votar hoje proposta que rege o uso do solo em áreas próximas a aeroportos

# Projeto busca reduzir colisões entre pássaros e aeronaves

A FIM DE reduzir o risco de acidentes decorrentes da colisão de aeronaves com pássaros, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado poderá votar hoje projeto destinado a reger o uso do solo em áreas próximas a aeroportos.

De acordo com o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), os três maiores aeroportos brasileiros registram quase oito incidentes entre aviões e aves a cada mês. O Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, lidera a lista de aeronaves que se chocam com pássaros. Em 2008, foram 50 registros. Aparecem, em seguida, os aeroportos internacionais de Guarulhos, com 25 registros, e o de Congonhas, com 16, ambos em São Paulo.

De autoria do deputado Deley (PSC-RJ), o projeto (PLC 74/09) já foi votado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e, depois da

CMA, será enviado ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que o analisará em decisão terminativa.

A proposta distribui em sete capítulos as regras para a diminuição do risco de acidentes aeronáuticos com aves e define como área de segurança aeroportuária (ASA) o entorno dos aeródromos, ou seja, o espaço circular do território, definido a partir do centro da pista de pouso e decolagem, cujos uso e ocupação se sujeitam a restrições especiais.

O projeto determina que a implantação de atividades que atraiam aves seja proibida e que as já existentes sejam interrompidas, imediata ou gradualmente. O responsável deverá observar a legislação ambiental, inclusive quanto à recuperação da área degradada.

Também estabelece que atividades com potencial de atração de aves devem ser adequadas a parâmetros definidos pela autoridade competente no âmbito da aviação.

Atividades com potencial de atração de aves, como as indústrias de alimentos – cujos resíduos podem alimentá-las – vão operar de forma condicional, de acordo com a proposta

Relator da matéria na CMA, Jefferson Praia (PDT-AM) propõe várias alterações ao projeto, por isso seu voto é pela aprovação de um substitutivo ao texto. Ele deseja, entre outras mudanças, que se enfatize, no corpo da proposição, a responsabilidade da administração municipal na fiscalização e no controle das atividades que atraem pássaros. E afirma em seu relatório:

“O problema que se quer mitigar consiste no risco de colisão entre uma aeronave e um animal voador, normalmente uma ave, denominado pelos especialistas como perigo aviário. Apesar da maioria das colisões não causarem acidentes aéreos fatais (aproximadamente um caso em cada bilhão de horas de voo), o perigo aviário, no mundo, gera anualmente prejuízos estimados em US\$ 1,2 bilhão”.



Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, lidera número de choques de aviões com pássaros

# Em exame, proibição de fabricar produtos em forma de cigarro

Proposta que proíbe fabricar, vender e anunciar produtos e embalagens – destinados ao público infanto-juvenil – reproduzindo a forma de cigarros e similares, está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de amanhã.

Para quem não cumprir a determinação, o projeto prevê sanções que vão desde a apreensão do produto até multa de R\$ 10 por embalagem apreendida, valor a ser corrigido anualmente de acordo com a variação do índice de preços nacional e duplicado, em caso de reincidência.

O projeto da Câmara (PLC 17/10), de autoria do já falecido deputado Clodovil Fernandes, foi aprovado naquela casa em forma de substitutivo. Tem o objetivo, segundo a justificativa do texto, de “proteger as crianças contra a exposição de qualquer

tipo de produto, seja ele brinquedo ou alimento, que reproduza a forma de cigarro”.

Em seu parecer favorável à proposta, o relator na CCJ, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), lembra que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) baixou, em 2002, resolução que proíbe a produção, importação, comercialização, propaganda e distribuição de alimentos com forma de apresentação semelhante a cigarro, charuto, cigarrilha ou qualquer outro produto fumígeno, derivado do tabaco ou não.

No entanto, segundo explicou, a proposta em análise tem abrangência mais ampla, por englobar qualquer produto ou embalagem que contenha a forma de cigarros ou similares. “Embora seja a rigor desnecessária a repetição de norma que proíba a comercialização



Flexa Ribeiro aponta amplitude de projeto que está na pauta da CCJ

de alimentos nos formatos mencionados, o projeto pode seguir seu curso, pela maior amplitude de seu alcance, no intuito de proteger a população infanto-juvenil”, assinalou Flexa Ribeiro.

# Senado distribui kits escolares do 3º Concurso de Redação

A Secretaria de Relações Públicas iniciou ontem a distribuição dos kits com o material do 3º Concurso de Redação do Senado Federal para mais de 17 mil escolas públicas estaduais e do Distrito Federal.

Este ano o tema do concurso é “Brasília, capital dos brasileiros”. Podem participar os estudantes

dos dois últimos anos do ensino médio da rede pública estadual e distrital de ensino. O concurso também está sendo divulgado em 3 mil bibliotecas públicas, que receberão cartazes e exemplares com as 27 redações finalistas do concurso realizado no ano passado.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Auditoria do TCU

**12h** Terceira sessão extraordinária de discussão da proposta de reforma do Código de Processo Penal. Às 14h, a sessão é deliberativa. No período do expediente, votação em turno único do requerimento ao Tribunal de Contas da União (TCU) para a realização de auditoria na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), referente ao montante dos recursos federais repassados para investimentos no Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, desde 2004, e à execução desses investimentos.

## Presidência Contas da Presidência da República

**11h30** O presidente do Senado, José Sarney, recebe o relatório das contas do presidente da República, relativo a 2009, do ministro Ubiratan Aguiar, presidente do Tribunal de Contas da União, do ministro Benjamin Zymler, vice-presidente do órgão, e do ministro Raimundo Carreiro, relator. Ao meio-dia, preside a terceira sessão de discussão do projeto de lei do Senado que reforma o Código de Processo Penal e às 16h, preside a ordem do dia.

## CAS Carteira assinada

**9h** Reunião com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência para debater a repercussão do registro em carteira de trabalho da pessoa com deficiência na sua condição de dependente junto ao Regime Geral de Previdência Social. A subprocuradora-geral do Ministério Público do Trabalho Maria Aparecida Gugel é uma das debatedoras.

## CRA Crise na cacauicultura

**9h30** A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discute os problemas do setor cacauero nos estados do Pará e do Espírito Santo, bem como a evolução das ações e resultados do chamado PAC do Cacau. Devem participar, entre outros, o superintendente da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira no Pará, Raymundo da Silva Mello Júnior, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira (PA), José Aparecido dos Santos.

## CAE Incentivo fiscal para contratação

**10h** Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, dois projetos que tratam da concessão de incentivos fiscais (desconto no imposto de renda devido) a empresas que contratarem trabalhadores jovens, com idade entre 18 e 24 anos, ou com mais de 50 anos. Logo após, o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, fala aos senadores sobre a realização do 12º Censo Demográfico Brasileiro.

## CE Cotas raciais no ensino superior

**11h** A comissão analisa projeto que exige formação de nível superior para os professores da educação básica. Às 14h30, debate sobre a experiência norte-americana de políticas de ação afirmativa com a professora da Faculdade de Educação da Universidade do Texas, Patricia Somers, e a professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, Miriam Aparecida de Souza Pan.

## CRE Universidade de integração

**11h** A comissão analisa a indicação de Maria Laura da Rocha para exercer o cargo de delegada permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Brasunesco), e a de Mario Vilalva, para o cargo de embaixador em Portugal. Consta ainda da pauta projeto que cria a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

## CMA Cadastro de obras inacabadas

**11h30** Três projetos têm decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle: o que prevê a criação de um cadastro geral de obras inacabadas, o que obriga a oferta de meia-entrada também na internet, na venda de ingressos para apresentações culturais, e o que obriga as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

## Debate sobre concessão de benefícios para deficientes

Entre os benefícios que as pessoas com deficiência podem receber – desde que atendam a uma série de condições previstas em lei – está a pensão por morte de pai ou mãe. Mas o pagamento desse benefício pode ser interrompido quando elas começam a trabalhar com carteira assinada. Por questionar esse procedimento, o senador Flávio Arns (PSDB-PR) solicitou uma audiência pública que será realizada na manhã de hoje.

O debate – que está previsto para começar às 9h, na sala 9 da Ala Alexandre Costa – será promovido pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) e pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (Casdef).

Flávio Arns lembra que a pensão por morte é concedida ao filho menor de idade ou ao filho maior de idade considerado inválido. O problema, observa ele, ocorre quando o portador de deficiência, além de maior de idade, trabalha com carteira assinada, “pois o termo invalidez, para o Regime Geral da Previdência Social, significa incapacidade para o trabalho”.

O senador argumenta que “tanto trabalho quanto previdência são direitos sociais estampados na Constituição Federal, não podendo um direito excluir o outro”.

Foram convidados para a audiência representantes do Ministério Público do Trabalho e dos ministérios do Trabalho e da Previdência Social.

## Criação da Petro-Sal pode entrar na pauta desta semana

O governo deve mesmo retirar o pedido de urgência constitucional para o PLC 16/10, que tranca a pauta do Plenário. Foi o que garantiu o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Com isso, o caminho pode ficar aberto nesta semana para a votação da proposta que cria a Petro-Sal: o PLC 309/09, que deve ter sua urgência novamente pedida, entrando assim na pauta do Plenário. O projeto estabelece que a futura estatal do petróleo será a responsável pela gerência dos contratos no novo regime de exploração das jazidas.

Já o PLC 16/10 voltará a tramitar nas comissões, de acordo com Jucá. O projeto trata do regime de distribuição do petróleo do pré-sal e da mudança na distribuição dos royalties.

A retirada da urgência se justifica pela aprovação do substitutivo ao PLC 7/10, que cria o Fundo Social. O texto, do próprio Jucá, inclui a mudança no regime de dis-



Romero Jucá antecipa que governo deverá vetar emenda de Simon

tribuição – da concessão para a partilha.

Além disso, na votação, emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) alterou também as regras na distribuição dos royalties – estes seriam divididos entre todos os estados, cabendo à União o ressarcimento aos estados produtores.

De acordo com Jucá, a emenda deverá ser vetada pelo governo, daí a necessidade da permanência em pauta do PLC 16/10.

## Cotas raciais: comissão discute a experiência dos Estados Unidos

Menos de uma semana após a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), o Senado, que excluiu do texto o sistema de cotas, volta a debater as ações afirmativas. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza amanhã audiência pública com o tema “As políticas de ação afirmativa e a transformação do ensino superior – a experiência norteamericana”.

As ações afirmativas foram implementadas nos Estados Unidos a partir dos anos 1960. Estão convidadas para debater o assunto a professora da Faculdade de Educação da Universidade do Texas (Austin, EUA), Patrícia Somers, e a professora Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan, do departamento de Psi-



Marco Maciel sugeriu debate sobre sistema de cotas no ensino superior

cologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O requerimento para realização da audiência pública é dos senadores Flávio Arns (PSDB-PR) e Marco Maciel (DEM-PE). A CE é presidida pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Se houver acordo, o relatório do senador Tião Viana – com parecer às emendas parlamentares – poderá ser debatido e votado na reunião da Comissão Mista de Orçamento



Tião Viana (C) é relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define regras para o Orçamento 2011

## Colégio de líderes analisa hoje relatório final da LDO

EM REUNIÃO ÀS 14h, hoje, o senador Tião Viana (PT-AC) apresentará ao colégio de líderes partidários da Comissão Mista de Orçamento (CMO) os pontos principais do relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011. Entre outras funções, a LDO define regras para a elaboração do projeto do Orçamento do ano seguinte, que sempre chega ao Congresso até 31 de agosto.

Nesse encontro, marcado para meia hora antes da reunião semanal da comissão, o relator da LDO deseja colher as impressões dos líderes sobre o texto. Se todos estiverem de acordo com o conteúdo, o relatório poderá ser lido e debatido na reunião da comissão logo depois. Na melhor hipótese, poderá ser votado ainda no dia, com folga em relação ao prazo final previsto, em 1º de julho.

A previsão inicial era de que o senador Tião Viana entregasse o relatório à secretaria da CMO na última sexta-feira. No documento, ele dará parecer às emendas parlamentares ao texto da LDO e ao anexo de prioridades e

metas, onde são listados os projetos estratégicos para o Orçamento do ano seguinte. Cada parlamentar, bancada estadual e comissão técnica do Senado e da Câmara dos Deputados pode indicar cinco emendas ao anexo – apenas ações e metas correspondentes, pois a despesa em si somente é definida no próprio Orçamento.

No relatório, o senador deve ainda apresentar solução para pontos da proposta do governo que foram recebidos com críticas no Congresso. É o caso do dispositivo que reduz o poder da comissão para suspender o repasse de recursos a obras com indícios de irregularidades graves. O governo propôs que o veto só ocorresse depois de esgotada uma série de medidas a cargo do gestor do empreendimento, o que tornaria a suspensão dos recursos uma penalidade quase inaplicável.

O parecer da CMO ao projeto da LDO precisa ser votado até 17 de julho em sessão conjunta do Congresso. Sem isso, o Senado e a Câmara ficam impedidos de iniciar o recesso de meio de

ano, com previsão para o dia seguinte.

### Créditos

Mesmo que o relatório final da LDO fique de fora da pauta da CMO, para possíveis ajustes antes da leitura, outras matérias podem ser examinadas hoje. Entre as matérias listadas, estão quatro pedidos de autorização para abertura de créditos orçamentários. O maior desses projetos (PLN 7/10) prevê reforço de até R\$ 3,47 bilhões nas despesas autorizadas para a Presidência da República e dos seguintes ministérios: Minas e Energia, Transportes, Integração Nacional e Cidades.

Outros dois créditos se destinam a suplementar os orçamentos do Ministério da Justiça (PLN 10/10), em até R\$ 505 milhões, e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (PLN 9/10), em até R\$ 287,7 milhões. Já o Ministério da Saúde está sendo atendido com proposta de crédito de até R\$ 600 milhões, nesse caso por meio de proposta (PLN 9/10) de crédito especial, destinado a investimentos.

## Confea deve fazer relatório anual sobre obras inacabadas

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) poderá ser obrigado a apresentar aos órgãos de controle externo e interno da União um relatório anual sobre obras inacabadas custeadas com recursos federais.

A atribuição é prevista em projeto de lei (PLS 58/08) que deverá ser analisado hoje, a partir das 11h30, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De autoria do senador Fernando Collor (PTB-AL), a proposta conta com voto favorável do relator, Jefferson Praia (PDT-AM), que sugeriu duas emendas. Ele também é a favor de três emendas apresentadas ao projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e de uma subemenda oferecida a uma delas.

Outro projeto (PLS 427/09) a ser apreciado pela CMA é o que obriga a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bio-

combustíveis (ANP) a informar à Agência Nacional de Águas (ANA) sobre os poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade de água proveniente de aquíferos (reservas de água no subsolo).

De iniciativa da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), o projeto conta com voto favorável de Cícero Lucena (PSDB-PB), relator. A proposta será apreciada depois, em decisão terminativa, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

### Dessalinização

A CMA deverá analisar ainda projeto de lei (PLS 337/09) que concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água.

Esse projeto também é relatado por Cícero Lucena, favorável à matéria, que ainda será apreciada em decisão terminativa

pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Também será analisado pela CMA projeto (PLC 77/09) da Câmara dos Deputados que torna obrigatório, no transporte ferroviário de minérios ou de cargas a granel em vagões abertos, a adoção de medidas adequadas de controle e proteção que impeçam o derramamento do material transportado e a dispersão de suas partículas na atmosfera. O relator, César Borges (PR-BA), é favorável à matéria, que ainda será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Infraestrutura.

Outra proposta da Câmara (PLC 35/09) a ser analisada, em caráter terminativo, pela CMA é o que obriga o fornecedor de produto cultural, pela internet, a tornar disponível a venda de meia-entrada pela rede mundial de computadores. O relator da proposta, senador Jayme Campos (DEM-MT), é pela aprovação da matéria, com duas emendas de sua autoria.

Trezentos mil voluntários desenvolvem o trabalho pastoral em 4.100 municípios. Entidade social ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil atua em 20 países

## Flávio Arns: pastoral atende a 2 milhões de crianças

O SENADOR FLÁVIO Arns (PSDB-PR) informou ontem que a Pastoral da Criança, entidade de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), já atende a 2 milhões de crianças em cerca de 4.100 municípios do país. O trabalho é feito por cerca de 300 mil voluntários e líderes, todos treinados para isso. A Pastoral da Criança já atua em 20 países.

Os números foram citados pelo senador ao relatar sua participação, na sexta-feira, em Belo Horizonte (MG), na reunião da Pastoral de Minas Gerais e Espírito Santo, para discutir formas de melhorar o atendimento às crianças carentes. Na ocasião, foi inaugurado, ao lado do Hospital Materno-infantil Sofia Feldman, a Casa de Apoio à Gestante Zilda Arns, numa homenagem à fundadora da pastoral. Essa casa destina-se a gestantes em risco que não podem ficar internadas no



Flávio Arns participou da inauguração da Casa de Apoio à Gestante Zilda Arns

hospital, o qual atende gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Flávio Arns disse ainda que a pastoral atende a 2 milhões de crianças com orçamento que não passa de R\$ 40 milhões e, para atender a cerca de 10 milhões de crianças em dificuldades no país, seriam necessários

pelo menos R\$ 200 milhões.

O senador apresentou requerimento de aplauso ao professor Antônio Carlos Caruso Ronca, escolhido presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE). Mestre e doutor em Educação e professor da PUC de São Paulo, Ronca já ocupava a função de conselheiro do CNE.

## Cristovam Buarque homenageia José Saramago

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento, na última sexta-feira, do escritor português José Saramago, aos 87 anos. O autor de *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, *Memorial do Convento* e *Ensaio sobre a Cegueira* ganhou o único Prêmio Nobel de Literatura dedicado a um escritor de língua portuguesa na história, pelo conjunto de sua obra.

Cristovam destacou a coragem do escritor que se declarava comunista e ateu e que se manteve fiel aos seus princípios por toda vida. Também mencionou sua capacidade de superar dificuldades. Filho de analfabetos, ele foi operário e só começou a publicar em idade avançada.

– Saramago não foi omissivo diante de nenhum problema da civilização que o abrigou e ajudou a fazê-la mais bela com sua obra – disse.

Citando o próprio escritor, Cristovam disse que a frase “Entrarei no nada e me dissolverei em átomos” pode valer para pessoas, mas não para a história.

– Sua obra fica. Ele vai inspirar, com seu estilo absolutamente pessoal, gerações e gerações no futuro. Está vivo e ativo na forma da entidade em que se transformou – disse.

### Brizola

Cristovam também lembrou os seis anos da morte de Leonel Brizola, um dos ícones do PTB. Defensor da educação “como motora do progresso”, nas palavras de Cristovam, “Brizola provou na prática”, como governador do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio de Janeiro, “o que sustentava em suas posições políticas”.



Saramago não foi omissivo diante de nenhum problema da civilização e ajudou a fazê-la mais bela com sua obra, disse Cristovam

## Mesquita Júnior: “Política está cada vez mais refém do capital”

A política está cada vez mais refém do dinheiro, do capital, dos grandes interesses econômicos, essa é a conclusão a que chegou o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) após quase oito anos de mandato no Congresso Nacional. Ele observou que, se antigamente a economia era instrumento da política, a cada dia que passa a política se transforma rapidamente em instrumento da economia.

– Atualmente, para se aventurar numa candidatura, qualquer um de nós precisa estar primeiramente inserido em esquemas financeiros de grandes proporções, para alcançar margem razoável de sucesso, independentemente da plataforma política que pretenda defender. Grosso modo, se você tem um milhão no bolso se torna um candidato competitivo.

Mesquita Júnior lembrou que, até algum tempo atrás, alguém com filiação partidária, aspirações políticas e ideias, mesmo com poucos recursos, poderia se tornar um candidato competitivo nos pleitos eleitorais. Segundo o senador, a campanha que se aproxima sinaliza que esse tempo está chegando ao fim. Ele destacou que a única alternativa para modificar o quadro atual que até hoje mereceu algum tipo de discussão foi o financiamento público das campanhas.

Apesar de o Brasil viver sob regime democrático, Geraldo Mesquita Júnior opinou que a generalização dos sucessivos abusos de autoridade sobrepõe-



Mesquita Júnior aponta como solução o financiamento público de campanha

se às regras e limites impostos pela Constituição, pelas leis, pelo bom senso e pelos limites éticos. Citou como exemplo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, “desafiando o Poder Judiciário, violou a lei reiteradamente ao ponto de receber sucessivas multas do Tribunal Superior Eleitoral”.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS), baseado no volume de dinheiro que vem sendo gasto no período de pré-campanha eleitoral, calculou que a campanha de um senador girará em torno de R\$ 3 milhões a R\$ 10 milhões. E assinalou que quem investe um volume de dinheiro desses em um candidato provavelmente vai esperar algum tipo de retorno.

Por sua vez, Cristovam Buarque (PDT-DF) comentou que por trás da farra de dinheiro na política existe uma ressaca na democracia. Ele sugeriu a adoção de um modelo público de financiamento das campanhas eleitorais. Defendeu, porém, uma redução considerável no volume dos gastos.

## Arthur Virgílio cobra explicação sobre falta de verba para Reman

Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou explicações do ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, a respeito da falta de previsão orçamentária para a Refinaria de Manaus (Reman) no Plano Estratégico da Petrobras para 2011. De acordo com o senador, na prática isso implicará na desativação da refinaria.

– Se desativarem a Refinaria de Manaus, o Amazonas perderá a possibilidade de consolidação de seu polo petroquímico – afirmou.

Arthur Virgílio disse que já contactou o ministro, que ficou de lhe apresentar uma justificativa ainda nessa semana. Caso o governo não cumpra com sua palavra, contou, não lhe restará alternativa a não ser a obstrução à votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011. O projeto tramita na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

– Sem os recursos para a refinaria, perderíamos cerca de 25% do nosso ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], o que repercutiria na capacidade de investimento do estado do Amazonas. Essa dúvida tem que ser esclarecida.

Arthur Virgílio lembrou que a refinaria foi fundada em 1956, como Companhia de Petróleo



Virgílio ameaça obstruir votação da LDO para defender refinaria

do Amazonas, pelo industrial Isaac Benaion Sabbá. À época, o empreendimento, no centro da Floresta Amazônica, chegou a ser capa da *Time Magazine*, de acordo com o parlamentar. A companhia foi estatizada no final do governo do presidente João Goulart, quando foi absorvida pela Petrobras, e virou Refinaria de Manaus (Reman).

### Serpro

Arthur Virgílio pediu a inclusão na ordem do dia da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/04, de sua autoria, que prevê a efetivação temporária dos funcionários do Serviço de Processamento de Dados (Serpro) do Amazonas. Segundo ele, a proposta tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)



Papaléo: povo precisa se manifestar continuamente para exercer soberania

## Papaléo sugere que população fiscalize eleições

Ao lembrar a importância da mobilização popular na aprovação do projeto Ficha Limpa, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) convidou a população a se manter alerta e auxiliar na fiscalização das eleições deste ano. Ele frisou que os cidadãos precisam fiscalizar tanto a atuação dos parlamentares no Congresso quanto a lisura do processo eleitoral, cobrando dos partidos o cumprimento da lei e, dos tribunais eleitorais, a punição de seus eventuais violadores.

– Para exercer sua soberania, o povo precisa se manifestar continuamente, cobrando de governantes e parlamentares uma atuação condizente com seu papel de gestores da coisa pública e de representantes da população; dos tribunais, o processo expedito. Não pode permanecer alheio ao que acontece nos gabinetes, plenários e salas de juízo – disse.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) alertou os eleitores para que não vendam seus votos e não votem nos candidatos que se proponham comprá-los.



Senador agradeceu a lembrança de seu nome para vice de José Serra

## Mão Santa ressalta apoio do PSC à candidatura tucana

O senador Mão Santa (PSC-PI) destacou ontem a decisão do PSC de apoiar o candidato a presidente da República José Serra (PSDB). Depois de reafirmar a convicção de que Serra será o próximo presidente da República, o senador destacou o currículo do candidato tucano, que considerou preparado para comandar o país.

Mão Santa, que não integra a executiva do PSC, disse ter recebido do presidente do partido, Vítor Nosses, e de outros integrantes da cúpula partidária a informação de que a agremiação colocará à disposição do PSDB nomes para compor a chapa como candidato a vice-presidente. Um deles seria o próprio Mão Santa, que agradeceu a lembrança dos correligionários.

Para senador, há indícios claros de que o vazamento do sigilo fiscal do vice da chapa de Marina Silva, Guilherme Leal, e do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge, ocorreu nos quadros da instituição

# Alvaro pede que CCJ ouça secretário da Receita sobre quebra de sigilo

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) anunciou o envio de requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que o secretário da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo, seja ouvido sobre a quebra de sigilo fiscal de Guilherme Leal, vice na chapa da candidata Marina Silva à Presidência da República, e de Eduardo Jorge, vice-presidente do PSDB.

– Há indícios claros, para não dizer provas, de que o vazamento do sigilo fiscal ocorreu nos quadros da Receita Federal.

No caso de Guilherme Leal, teriam sido vazadas informações sobre uma série de processos que a receita move contra a Natura, empresa de cosméticos da qual o vice de Marina é o controlador.

Alvaro citou reportagens do jornal *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja*, segundo as quais dados teriam sido retirados diretamente da Receita Federal sobre declarações de bens e renda de Eduardo Jorge e fariam parte de dossiê em elaboração por um grupo do comitê de campanha da candidata Dilma Rousseff à Presidência. O senador disse que o formato dos documentos revela serem de exclusividade do fisco e, portanto, teriam sido retirados da Receita.

O parlamentar lamentou que, “na esteira da montagem

dessa central de dossiês”, surja a quebra de sigilo fiscal de Guilherme Leal e de Eduardo Jorge. Em sua avaliação, esse tipo de ocorrência “afronta a sociedade, porque, certamente, o que os brasileiros desejam é o debate sobre uma agenda para o país”.

O senador afirmou que não está descartada a hipótese de criação de uma CPI para investigar o ocorrido após as eleições, porque, como assinalou, o governo costuma abafar as CPIs e pôr um fim nelas, uma vez que consegue ter a maioria na Casa.

## Crime tributário

Alvaro Dias assinalou que a quebra do sigilo fiscal dos dois cidadãos contraria o artigo 198 do Código Tributário, segundo o qual, “sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades”.

Da mesma forma, acrescentou, a quebra do sigilo contraria o inciso X do artigo 5º da Constituição federal: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas,



Alvaro Dias afirma que não está descartada a hipótese da criação de uma CPI

assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Acrescentou que o Código Penal, em seu artigo 325, estabelece a penalidade para o crime de “revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação”: detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constituir crime mais grave.

## Antecedente

Ao considerar grave o ocorrido, Alvaro recordou a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Disse que, enquanto o caseiro ficou sem

emprego, o responsável pela quebra do sigilo não foi punido. O senador referia-se ao fato de em agosto de 2009 o Supremo Tribunal Federal (STF), por 5 votos a 4, ter inocentado o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho de envolvimento no caso. Com isso, disse o senador, prevaleceu a impunidade.

– O que eu posso afirmar é tratar-se de comportamento próprio dos marginais que atuam nos subterrâneos da vida pública brasileira. Nós não podemos nos silenciar diante de fatos de tal gravidade. O silêncio e a impunidade é que estimulam a reincidência dos crimes – alertou.

## Mozarildo diz que PTB está unido em torno de José Serra

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou a realização de convenção nacional do PTB no último fim de semana, quando o partido decidiu apoiar a candidatura do ex-governador de São Paulo José Serra (PSDB) à Presidência da República. Segundo o senador, foi uma convenção que mobilizou militantes de todos os estados.

Mozarildo lembrou que havia no encontro uma indicação feita pela Juventude do PTB, de apoio a Serra, e outra do líder do PTB na Câmara, deputado Jovair Arantes (GO), em favor da ex-ministra Dilma Rousseff (PT). Depois de muitos debates, Jovair retirou a moção em favor de Dilma, porque a maioria, se-

gundo Mozarildo, estava a favor do candidato do PSDB.

## Vice

O senador anunciou também a indicação do ex-deputado Benito Gama (BA) como sugestão do partido para compor a chapa de Serra na condição de candidato a vice-presidente. Mozarildo disse que Gama foi deputado por quatro mandatos, um deles como constituinte.

O ex-deputado, acrescentou, teve atuação destacada na elaboração dos capítulos sobre a ordem econômica e tributária da Constituição e foi autor da emenda que criou os fundos constitucionais do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte.



Deputado Benito Gama, que foi constituinte, é o indicado do partido para vice de Serra, informa Mozarildo

## Marco Maciel aplaude ideia de Serra de ampliar ensino médio

O senador Marco Maciel (DEM-PE), ex-ministro da Educação, aplaudiu a ideia do candidato à Presidência José Serra, manifestada em entrevistas e discursos, de dar destaque aos ensinos médio e técnico profissionalizante caso seja eleito. Para ele, é lamentável que 68% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos estejam fora das escolas, quando poderiam estar aprendendo uma profissão em escolas técnicas.

Marco Maciel disse que defende há tempos investimentos no ensino técnico profissionalizante como uma “alternativa para os nossos jovens” e como “ingrediente indispensável para garantir a sustentação do desenvolvimento econômico e social nas próximas décadas”. Observou que a baixa qualificação dos trabalhadores “é um dos gargalos que estrangulam o crescimento da economia”.

Depois da universalização do ensino fundamental, recomendou o senador, o Brasil deve caminhar para

a universalização do ensino médio e oferecer a todos os jovens interessados cursos profissionalizantes.

– Assim, estaremos deixando a cultura onde somente se valoriza o ensino superior, na maior parte dos casos através do ensino pago e de qualidade duvidosa, para a valorização de profissionais técnicos adequados – sustentou.

Marco Maciel disse que José Serra, ao defender destaque para o ensino técnico, não faz discurso vazio, uma vez que o número de alunos matriculados nas escolas técnicas paulistas subiu 58% entre 2003 e 2009. Serra governou o estado de São Paulo de 2007 e março de 2010.

O senador leu trechos de notícia do jornal *Valor Econômico* do último dia 17, a qual informa que a taxa de matrícula no ensino médio brasileiro encontra-se estagnada na faixa de 10 milhões de alunos, enfrentando um alto índice de evasão, “difícil de ser corrigido”.



Senador Neuto De Conto (acima, à direita) discursa na sessão presidida pelo deputado Marco Maia, 1º vice-presidente do Congresso, e que contou com a presença do grupo de canto Taliani Contenti

# Homenagem aos 139 anos da imigração italiana

Em sessão solene realizada ontem, Congresso Nacional celebrou também os 135 anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul

“ELES NÃO PERDIAM a confiança em si próprios e no futuro do país. Trabalhavam sem perder sua identidade cultural”. Essa afirmação foi feita ontem pelo 1º vice-presidente do Congresso Nacional, deputado Marco Maia (PT-RS), ao presidir sessão solene em homenagem aos 135 anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul e aos 139 anos da imigração italiana no Brasil.

Marco Maia recordou a chegada dos italianos ao Brasil, a partir de 1871, após 36 dias de viagem em navio a vapor. A entrada no

país acontecia pelo Porto de Santos (SP), mas, em 1875, os italianos vindos das regiões do Piemonte, da Lombardia e do Vêneto começaram a migrar para o Rio Grande do Sul, onde formaram os atuais municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves. O deputado observou que, entre 1875 e 1914, migraram para o Rio Grande do Sul 66.901 italianos, que se fixaram na região serrana do estado.

O senador Neuto De Conto (PMDB-SC) lembrou que, já em 1836, a região do vale do Itajaí

recebia sua primeira leva de imigrantes italianos. Conforme ressaltou, nessa época a Itália vivia uma guerra pela unificação do país, o que deixou a economia interna debilitada e uma parte expressiva da população em precárias condições. A necessidade de colonização do centro-sul do Brasil acabou atraindo esses europeus, presentes nas origens de 50% da população de Santa Catarina, estimada em quase 5,4 milhões de habitantes pelo censo demográfico de 2000.

Impossibilitados de comparecer ao evento, os senadores pelo Rio Grande do Sul Paulo Paim (PT), Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB) enviaram mensagem reconhecendo o legado dos italianos para a construção e o desenvolvimento do país.

Durante a sessão, o conselheiro da embaixada da Itália no Brasil, Pier Mario Daccò, agradeceu a homenagem prestada pelo Congresso Nacional e afirmou existir uma simpatia natural entre Brasil e Itália.

Descendentes de italianos, o prefeito de Viadutos (RS), Celso Demarco, e o vereador de Canoas (RS) Ivo Fiorotti recordaram as dificuldades enfrentadas pelos primeiros imigrantes, mas também destacaram sua força de vontade em superar as adversidades e contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

O evento também contou com a participação do grupo de canto Taliani Contenti, de Viadutos, que executou músicas tradicionais trazidas pelos imigrantes italianos.

## Paim destaca a grande contribuição à cultura e à economia brasileira

Ao lembrar, em discurso no Plenário do Senado, os 139 anos da imigração italiana no país, Paulo Paim (PT-RS) assinalou a importância desse grupo dentro do movimento migratório europeu que teve como destino o Brasil, representando 42% do total de estrangeiros que aqui aportaram, ou seja, 1,4 milhão de pessoas.

Com relação às contribuições dos imigrantes italianos para a cultura brasileira, Paim citou a introdução de novas técnicas de cultivo agrícola, a incorporação de diversos pratos à culinária nacional e a introdução de elementos tipicamente italianos no catolicismo de algumas regiões do Brasil, entre outras.

Paim recordou ainda o contato que teve com descendentes de imigrantes italianos durante sua infância, quando foi convidado a passar férias em colônia na cidade de Caxias do Sul.

– Muito obrigado aos imigrantes italianos que nos deram a honra de trabalhar a nossa terra e fazer do Brasil essa nação gigante – disse.

## TV Senado exhibe entrevista com o presidente Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que, ao término do seu governo, se tornará um militante do PT a favor da reforma política. Esse foi um dos assuntos tratados pelo presidente em conversa com o jornalista Armando Rollemberg, no programa *Cidadania*, que a TV Senado exhibe na próxima sexta-feira, às 21h30.

Na entrevista de 60 minutos, o presidente relembra os tempos de sindicalista e se diz hoje “uma pessoa mais madura”. Lula também respondeu a perguntas sobre as denúncias de corrupção, elogiando a atuação da Polícia Federal e do Ministério Público.

O presidente tratou ainda de temas como crescimento sustentado, Previdência Social, distribuição de royalties do petróleo, energia e meio ambiente, relações exteriores e política de combate às drogas.



O jornalista Armando Rollemberg (E) com o presidente da República: Lula relembra tempos de sindicalista

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
 1º Secretário: Heráclito Fortes  
 2º Secretário: João Vicente Claudino  
 3º Secretário: Mão Santa  
 4º Secretário: Patrícia Saboya  
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Paulo Paim

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
 Editor-chefe: Flávio Faria  
 Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
 Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda  
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
 Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria  
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
 Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

# Senadores homenageiam Rede Vida de Televisão

O Senado Federal celebrou ontem a passagem do 15º aniversário da Rede Vida de Televisão, transcorrido no domingo. A homenagem foi proposta pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ele destacou a qualidade dos programas jornalísticos da emissora.

Antes, o senador Mão Santa (PSC-PI) destacou que o Brasil vivia situação paradoxal: país com maior número de católicos do mundo, não dispunha de uma rede de televisão comprometida com o catolicismo. Papaléo Paes (PSDB-AP) opinou que a emissora contribuiu para a recuperação de valores como família, moralidade e respeito à Justiça. Paulo Paim (PT-RS) destacou o pioneirismo da Rede Vida na discussão de projetos como o Estatuto do Idoso. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu a criação de um programa dirigido aos idosos "que se preparam para o grande encontro".

O esforço da emissora Rede Vida em desenvolver uma programação voltada para a família foi destacado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a postura da TV em buscar a formação do caráter do público telespectador, com ênfase no "ser" e não apenas no "ter". Flávio Arns (PSDB-PR) afirmou que a Rede Vida é o canal da família, independente de qualquer opção religiosa. Cristovam Buarque (PDT-DF) aplaudiu o caráter educativo da emissora.

O presidente da Rede Vida, João Monteiro de Barros Filho, agradeceu as homenagens: "Caminhando com os pés no chão, fizemos da Rede Vida o canal de comunicação da família brasileira, respeitando os princípios éticos, morais, sociais, cívicos e cristãos".



Virgílio (D) destaca a capacidade de combinar programas noticiosos e culturais com a transmissão de missas e novenas

Fotos de Waldemir Barreto

## Arthur Virgílio ressalta qualidade da programação

Arthur Virgílio (PSDB-AM), que propôs a homenagem aos 15 anos da Rede Vida de Televisão, destacou a qualidade da programação jornalística da emissora voltada ao público católico. Os programas noticiosos e de entrevistas, que dividem espaço na grade com transmissões de novenas e missas, e uma

variada programação cultural, "vão além de uma mensagem de fé", disse.

– Nesses 15 anos de transmissões, foram ouvidos políticos de todos os credos, o que demonstra o compromisso com a informação e não com o proselitismo.

Virgílio elogiou a capacidade

da emissora de se manter fiel ao seu público e também permitir a manifestação aberta das opiniões sobre todos os temas.

– Tudo o que precisamos para coroar de êxito a democracia brasileira é de noticiários cada vez mais limpos, isentos, plurais. Vida longa à Rede Vida de Televisão – concluiu.



Mão Santa

## Compromisso com a elevação dos padrões éticos

Na presidência dos trabalhos do Plenário, Mão Santa (PSC-PI) afirmou ao abrir a sessão que, antes do surgimento da Rede Vida de Televisão, grande parte da programação oferecida por emissoras brasileiras "em nada contribuía para a educação e para a dignidade da pessoa humana, nem para a elevação dos padrões éticos e morais do povo brasileiro".

O senador disse que, sem objetivos éticos, os meios de comunicação podem se destinar apenas a interesses políticos, ideológicos e econômicos "mesquinhos e egoístas". Afirmou que, mais do que uma emissora dedicada aos que professam a fé católica, a Rede Vida de Televisão contribuiu para a melhoria dos padrões éticos e de qualidade dos programas das emissoras.

Além do presidente da Rede Vida de Televisão, João Monteiro de Barros Filho, participaram da solenidade, realizada na parte destinada ao expediente, o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani João Tempesta, e o presidente da diretoria executiva do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã (Inbrac), Marcelo Aparecido Coutinho da Silva.

## Papaléo destaca recuperação de valores morais

A emissora tem prestado relevantes serviços para a sociedade brasileira, contribuindo para a recuperação de valores fundamentais, como a família, a moralidade e o respeito à Justiça, assinalou ontem Papaléo Paes (PSDB-AP) em sua homenagem à Rede Vida.

Na opinião de Papaléo, o bom desempenho da programação da Rede Vida deve ser tributado também a figuras como o padre Marcelo Rossi, o jurista Ives Gandra Martins, Luiz Almeida Marins Filho e Irma Passoni.

– Hoje, a realidade da Rede Vida nos mostra um importante veículo de comunicação, preocupado com a informação correta, com um divertimento sadio e com os princípios éticos e cristãos – afirmou.

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou a emissora pela programação voltada para a área social, assinalando seu pioneirismo na discussão de projetos importantes, como o Estatuto do Idoso.



Papaléo Paes



Mesquita Júnior

## Mesquita Júnior pede programação para idosos

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu à emissora dirigida aos católicos brasileiros que faça programas destinados aos idosos "que se preparam para o grande encontro". Lembrou de seu pai, o ex-senador Geraldo Mesquita, que, nos últimos anos de vida, dava preferência aos programas da Rede Vida, apesar "de não ter sido, ao longo da vida, um católico praticante".

– Um programa específico será da maior importância para essas pessoas em idade avançada. Elas geralmente não têm outro programa a não ser ver televisão, até por causa das dificuldades de locomoção – disse.

O senador sugeriu ainda à Rede Vida que "fique sempre do lado dos trabalhadores e dos pobres", mas não se envolva em política. Mesquita Júnior disse ter ficado surpreso ao saber, por aparte do senador Paulo Paim (PT-RS), que a Rede Vida ajudou na divulgação e na defesa do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Igualdade Racial.

– Renovo minha admiração pelo simples fato de a Rede Vida resistir nesse mundo da mídia brasileira, o que deve ser bem difícil – disse Mesquita Júnior.

## Alvaro Dias aponta utilidade pública

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que os 15 anos de existência da Rede Vida de Televisão são um marco que merece ser celebrado à luz do "esforço permanente da emissora em desenvolver uma programação voltada à família, fomentando o debate aberto de questões cruciais e de interesse da coletividade".

Para o senador, a Rede Vida é a "emissora da inteligência, dos valores essenciais da vida humana: ética, moral, religião". Alvaro Dias assinalou que o jornalista João Monteiro de Barros Filho montou a maior rede católica de televisão do mundo, "num ato de fé que muitos classificam como um verdadeiro milagre".

– A sociedade brasileira vem sendo solapada por uma sucessão de escândalos que configura verdadeira tragédia ética. O papel exercido pela Rede Vida de Televisão, cultivando a família e os valores cristãos, é inegavelmente um relevante serviço de utilidade pública – disse.



Alvaro Dias



Pedro Simon

## Para Pedro Simon, emissora ajuda a formar caráter

A Rede Vida de Televisão, canal católico pertencente à Organização Monteiro de Barros, tem papel importante na formação do caráter do público espectador, por sua ênfase em valores. Esta é a opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que é católico e declara-se franciscano.

– Diria que a Rede Vida não é apenas uma rede de televisão da família, nem tampouco da Igreja Católica. É uma rede da família, da escola e da igreja, para formação do ser verdadeiramente humano, do seu caráter, da sua personalidade, de sua dignidade, querendo ocupar seu lugar na sociedade, de luta, que ele vai conquistar – avaliou.

Para Simon, a televisão assumiu um papel preponderante na vida social e se tornou substitutivo do "tripé" que ocupava papel central na formação do caráter da pessoa: família, escola e a igreja. Ao criticar o estímulo das emissoras ao consumo exacerbado e sem critério, o senador elogiou o papel desempenhado pela Rede Vida.

– A programação da Rede Vida nos faz partícipes da notícia, através da reflexão, do debate e da contextualização.

Prestes a completar 19 anos de vigência, a Lei de Cotas poderá ser modificada para obrigar empresas com até 50 empregados a reservarem 2% de suas vagas

## Mais chances de trabalho para pessoa com deficiência

A LEI DE Cotas para incluir no mercado de trabalho pessoas com deficiência, como ficou conhecida a Lei 8.213/91, completa 19 anos em julho. Até lá, nova proposição deve ser apresentada por Flávio Arns (PSDB-PR) com o objetivo de aprimorar essa legislação, que já possibilitou a contratação de 262.773 deficientes, conforme dados, de janeiro desse ano, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

O senador pretende ampliar o universo de empresas obrigadas a contratar pessoas com deficiência. A lei atual impõe essa exigência apenas para empresas com mais de 100 funcionários. A ideia de Flávio Arns,

conforme antecipou ao **Jornal do Senado**, é estender essa obrigatoriedade para as que possuem 50 empregados ou mais, assegurando o que está no texto do Estatuto da Pessoa com Deficiência (PLS 6/03), de Paulo Paim (PT-RS), que estacionou na Câmara depois de aprovado pelo Senado.

Essas empresas, responsáveis por grande parcela da oferta de empregos, terão de preencher 2% das suas vagas com deficientes. Esse é o mesmo percentual atualmente obrigatório para as que têm entre 100 e 200 empregados. As outras faixas foram mantidas: 3% para as que têm mais de 200 a 500 funcionários, 4% para as que possuem mais de 500 até

mil e 5% para as acima de mil empregados.

Arns, que preside a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, quer instituir incentivo fiscal para que as empresas possam adquirir equipamentos apropriados às pessoas com deficiência, como impressoras braile para os deficientes visuais, e adequar suas instalações físicas. Pretende também remover obstáculos legais que dificultam as contratações de deficientes, como prever o retorno do benefício da prestação continuada (BPC) quando houver a perda do emprego. Atualmente, segundo ele, a pessoa não consegue recuperar o benefício assistencial.



Amilton de Castilho (E) e Ademar Babinski Junior depõem no Senado

## Educação a distância pode impulsionar qualificação

Experiência desenvolvida a partir da demanda de dez empresas de Curitiba que precisavam cumprir a Lei de Cotas mostrou que a educação a distância (EAD) pode ser uma grande ferramenta para ensinar e qualificar pessoas com deficiência (PcD).

Em audiência realizada em 16 de junho na Comissão de Educação, dois alunos dos projetos-pilotos da Associação da Cadeia Produtiva de Educação a Distância (Aced), presidida pelo ex-ministro da Educação e ex-senador Carlos Chiarelli, revelaram os bons resultados.

Hoje com 26 anos, Ademar Babinski Junior teve de abandonar a escola aos nove após uma crise febril que paralisou todo o seu lado direito. "Tive que aprender a escrever com a mão esquerda. E repeti de ano porque a professora de português me avaliou somente

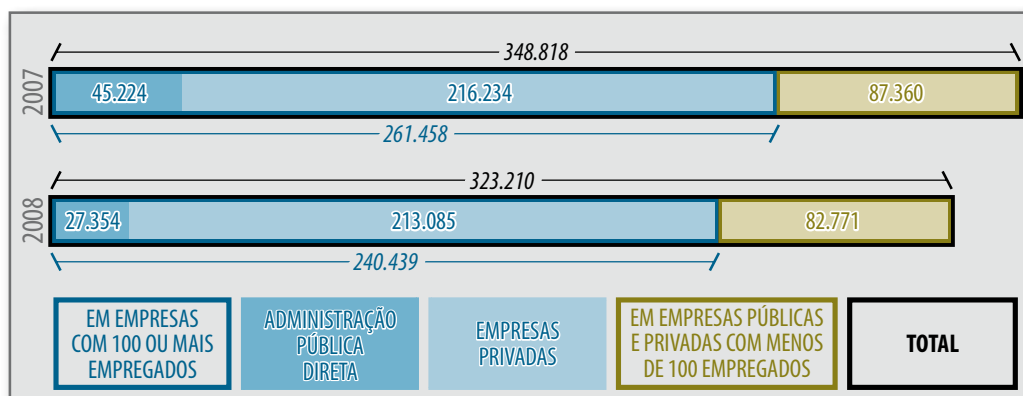
pela escrita", lembrou. Os pais, inconformados, o transferiram para outra escola, onde "com muito esforço" ele concluiu o segundo grau. Sem diagnóstico da sua doença, Junior só deslançou depois que ingressou na Universidade Livre para a Eficiência Humana (Unilehu), que integra o projeto-piloto da Aced.

Junior fez curso de CAD (*computer aided design* ou desenho auxiliado por computador) para PcD, cursou mecânica básica industrial no Senac e concluiu um curso de empregabilidade.

Amilton de Castilho, que é cego, passou 30 anos na roça, no interior do Paraná. Só entrou na primeira série depois dos 35 anos. E foi graças à educação a distância que concluiu o segundo grau e se profissionalizou, ingressando no mercado de trabalho com carteira assinada.

### Menos contratações

A crise internacional atingiu em cheio os trabalhadores com deficiência. Segundo avaliação do Ministério do Trabalho, eles foram os mais prejudicados pelo desemprego em 2008. Além disso, quase 55% das vagas reservadas não foram preenchidas



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

## Gov. lança ainda este ano o Banco de Talentos

As pessoas com deficiência vão ter acesso, até o final de agosto, a mais um instrumento importante para ajudá-las a obter emprego. O governo vai lançar um sistema intitulado Banco de Talentos, alojado na página da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Corde). "O cidadão pode se cadastrar direto no site, seguindo explicações passo a passo. É bem fácil", afirmou o coordenador-geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Corde, Antônio José Ferreira.

O outro caminho é procurar o Sistema Nacional de Emprego (Sine) do Ministério do Trabalho, a área responsável dentro das secretarias estaduais ou ainda as entidades civis que atuam na empregabilidade de pessoas com deficiência. "Eles também podem acionar o sistema da Corde", informou Ferreira.

As empresas e os órgãos públicos que necessitam de terceirizados, principalmente os que precisam cumprir a Lei de Cotas (Lei 8.213/91), registram as vagas oferecidas a deficien-

tes, geralmente pelo Sine, pelo departamento estadual competente e por algumas prefeituras de capitais que possuem bancos de empregos. Essas informações serão registradas no Banco de Talentos, que fará essa intermediação com muita rapidez.

A meta é informar ao cidadão, assim que ele concluir o preenchimento da ficha cadastral virtual, a vaga existente na cidade onde mora. Assim que o empregador formaliza a contratação, essa informação entra no sistema, que imediatamente faz a baixa da vaga.

O projeto, que vem sendo desenvolvido há um ano em parceria com a Sorri-Brasil, entidade de apoio a pessoas com deficiência que surgiu em 1976 em Bauru, no interior paulista, deve iniciar com uma experiência piloto na próxima semana em seis capitais, sendo pelo menos uma em cada região do país.

Ferreira lembrou que a Corde abriu esse ano linhas de financiamento para apoiar ONGs voltadas para capacitação de pessoas com deficiência.

## Queda de braço com empresas acabou na Justiça

A baixa escolaridade das pessoas com deficiência – 75% a 80% não ultrapassam o sétimo ano do ensino fundamental, conforme Flávio Arns – e a pouca qualificação transformaram-se no argumento principal das empresas para escapar do cumprimento da Lei de Cotas. A questão foi parar na Justiça, gerando várias decisões de primeira e segunda instâncias. "Infelizmente, alguns setores ainda não entenderam a finalidade da lei e pensam que se trata de benemerência", critica o desembargador federal no Paraná Ricardo Tadeu, considerado o primeiro juiz cego do Brasil.

A Convenção da Organiza-

ção das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em março de 2007 pelo governo e ratificada em julho de 2009 pelo Congresso (Decreto Legislativo 186/08) como emenda constitucional, foi o primeiro tratado da história a obter esse status, segundo Tadeu. Isso fez com que leis anteriores que abriam exceções para alguns setores no cumprimento das cotas para deficientes se tornassem inconstitucionais. Foi o caso da Lei 7.102/83, que exige aptidão plena para desempenhar a profissão de vigilante.

Mas a política de cotas recebeu impulso com a mudança

na legislação trabalhista. A Lei 11.180/05 aboliu o limite de idade de 24 anos para os aprendizes com deficiência, viabilizando os contratos de aprendizagem para que as empresas capacitem esse tipo de mão de obra. "São contratos de custo baixo e com carga horária reduzida. Os resultados têm sido excelentes para as empresas. O retorno do trabalhador é excelente, melhora a imagem institucional da empresa e a automotivação da equipe", pontua o juiz. Um dos bons exemplos é, segundo ele, o do banco HSBC, que contratou 1.300 pessoas com deficiência nos últimos três anos.

### Saiba mais

**Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Corde)**  
[www.portal.mj.gov.br/corde](http://www.portal.mj.gov.br/corde)

#### Recursos Humanos

[www.portal.mj.gov.br/corde/arquivos/pdf/Mercado\\_Inclusivo.pdf](http://www.portal.mj.gov.br/corde/arquivos/pdf/Mercado_Inclusivo.pdf)

**A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho** – [www.mte.gov.br/fisca\\_trab/inclusao\\_pessoas\\_defi12\\_07.pdf](http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao_pessoas_defi12_07.pdf)

**Especial Cidadania** – Legislação que garante direitos  
[www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/PortadoresDef/not01.htm](http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/PortadoresDef/not01.htm)

**Construindo um Mercado de Trabalho Inclusivo – Guia Prático para Profissionais de**

**Estatuto da Pessoa com Deficiência**  
[www.legis.senado.gov.br/mate-pdf/72851.pdf](http://www.legis.senado.gov.br/mate-pdf/72851.pdf)